

Recebido em: 10.07.24
Aprovado em: 22.10.24

Giovana Kebian

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPG-COM/UFRJ). Bolsista no programa FAPERJ - Mestrado Nota 10. Jornalista formada pela ECO/UFRJ. Integrante do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom/USP) e do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (Nechs/Fiocruz).

E-mail: giovanakebian@ufrj@gmail.com

Igor Sacramento

Doutor (2012) e mestre (2008) em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Laces/Icict/Fiocruz) e professor do quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM/UFRJ) e em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS).

E-mail: igorsacramento@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 21, n. 1, jan./jun. 2024
ISSNe 1984-6924

Silenciamento de mulheres jornalistas: gênero, violência e autointerdição

**Giovana Kebian
Igor Sacramento**

Resumo:

A violência contra mulheres jornalistas constitui um fenômeno global e multifacetado presente em diferentes países e que vem acendendo um alerta sobre os riscos ao exercício do jornalismo e à liberdade de expressão. Este artigo buscou analisar como o gênero e as relações de poder que estruturam as agressões contra mulheres jornalistas desempenham um papel central no silenciamento das profissionais. A partir da análise dos relatos de quatro mulheres jornalistas em entrevistas concedidas à imprensa, observamos o deslocamento do *ethos* jornalístico após a experiência de se tornarem vítimas de agressões, passando a restringir ou até mesmo interditar seus discursos. Em diálogo com os conceitos de pós-censura (Costa; Souza Júnior, 2018), autocensura (Fígaro; Nonato, 2016) e censura de multidões (Waisbord, 2020), denominamos este processo autointerdição.

Palavras-chave: Mulheres jornalistas. Violência de gênero. Autointerdição.

Silencing women journalists: gender, violence and self-interdiction

Abstract:

Violence against women journalists constitutes a global and multifaceted phenomenon present in many countries, and has raised the awareness of the risks of journalism practice and freedom of expression. This article aims to analyze how gender and power relations that structure aggressions against women journalists play a central role in silencing these professionals. From the analysis of the testimonies of four women journalists during interviews given to the press, we observed the displacement in the journalistic ethos after the experience of becoming victims of aggression, restricting or even interdicting their discourses. In dialogue with the concepts of post-censorship (Costa; Souza Júnior, 2018), self-censorship (Figaro; Nonato, 2016) and mob censorship (Waisbord, 2020), we call this phenomenon self-interdiction.

Keywords: Women journalists. Gender violence. Self-interdiction.

Ser mulher e jornalista: uma dupla insegurança

A violência contra mulheres jornalistas constitui um fenômeno global e multifacetado, presente em diferentes países, que pode se manifestar por meio da violência verbal, psicológica, física, sexual, digital e, em alguns casos, feminicida. Em uma pesquisa (Mazotte; Toste, 2017), 87% das jornalistas brasileiras afirmaram já terem passado por algum tipo de discriminação com base no gênero. Apesar de serem atualmente maioria nas redações brasileiras (Lima *et al.*, 2022), o jornalismo contém resquícios da divisão sexual do trabalho e as mulheres, principalmente as negras, sofrem com a sub-representação nos cargos de liderança e nas principais editorias, o que também contribui para perpetuação de uma cultura machista dentro do jornalismo.

Fora das redações, o cenário torna-se ainda mais grave. Diversos países, como o Brasil, vêm enfrentando um aumento nos registros de violência contra a categoria, motivados pelo avanço de tensionamentos sociopolíticos, descredibilização da imprensa enquanto instituição crível e uso indiscriminado das redes sociais digitais para promoção de campanhas de desinformação e ataques diretos a jornalistas (Chen *et al.*, 2018; Waisbord, 2020). É o contexto que caracterizou o Brasil a partir de 2019, após a eleição de Jair Bolsonaro. Segundo a Federação Nacional de Jornalistas (2023), entre 2019 e 2022, apenas o ex-presidente realizou 570 ataques a veículos de comunicação e aos jornalistas.

Nesse cenário, chamam atenção também os ataques enfrentados por mulheres jornalistas, que costumam mobilizar discursos estigmatizantes com base em estereótipos de gênero, raça/etnia e/ou sexualidade. Em 2020, durante uma coletiva de imprensa, Bolsonaro afirmou que a jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo, “queria dar o furo” (*sic*), sugerindo que a repórter se oferecera sexualmente em troca de informações (Fenaj, 2021, p. 20). Em 2021, o ex-presidente chamou a jornalista Daniela Lima, à época da CNN Brasil, de “quadrúpede”, e mandou a repórter Laurene Santos, da TV Vanguarda, “calar a boca” (Fenaj, 2022, p. 21-24). Marte Høiby (2020) destaca a dupla insegurança que elas vivenciam, especialmente mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, cuja experiência é marcada por interseccionalidades.

Alguns estudos (Ferrier, 2018; Risso; Ramos, 2022; Waisbord, 2020) vêm apontando os efeitos e consequências da violência contra jornalistas e os riscos para a manutenção de regimes democráticos, exercício da cidadania e também prejuízos nas vidas profissionais e pessoais dos e das jornalistas, mas há uma necessidade de aprofundar a análise do gênero na manifestação e no silenciamento decorrente dessa violência. Este trabalho tem como objetivo analisar como o gênero influencia a restrição discursiva enfrentada por mulheres jornalistas. Inicialmente, discutimos as características da violência contra as profissionais da imprensa, considerando as relações de gênero no mercado jornalístico. Em seguida, analisamos os relatos de quatro mulheres jornalistas que foram vítimas de violência no exercício da profissão, entre 2019 e 2023 no Brasil, a fim de identificar as afetações individuais e coletivas e as modificações nas suas práticas jornalísticas. Por fim, propomos um debate teórico a respeito da censura contemporânea triangulando os conceitos de pós-censura (Costa; Souza Júnior, 2018), autocensura (Figaro; Nonato, 2016) e censura de multidões (Waisbord, 2020). Com base na experiência de mulheres jornalistas, propomos que o gênero é um fator fundamental no tipo de censura que chamamos de autointerdição.

Expressões da violência de gênero contra jornalistas

Como demonstra Santiago e Rocha (2020), a entrada tardia das mulheres no mercado de jornalismo no Brasil se dá por meio do investimento na educação e na

qualificação, especialmente a partir da década de 1980, quando ocorre o aumento dos cursos de graduação em Comunicação Social e Jornalismo e do ingresso de mulheres nas universidades. No entanto, elas enfrentam um descompasso até conseguirem ingressar nas redações, pois “apesar das mulheres ocuparem a maioria das cadeiras nos cursos de graduação no final do século XX, somente no século XXI elas ultrapassaram em número os postos ocupados no mercado de trabalho” (Santiago; Rocha, 2020, p. 33).

Atualmente, embora 60% da categoria seja composta por mulheres (Lima *et al.*, 2022), há uma predominância de homens em cargos de poder – fator apontado por 60% das entrevistadas na pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro* (Mazotte; Toste, 2017). Outras 95% afirmaram que há presença majoritária de pessoas brancas nas redações e nas posições de chefia (Mazotte; Toste, 2017). Abreu *et al.* (2016) demonstram que, entre os fatores que dificultam a ascensão profissional e o reconhecimento em suas carreiras, estão crenças antigas sobre representações sociais ligadas ao feminino que colocam as mulheres em desvantagem profissional, como o fato de que elas investem mais tempo nos filhos do que no emprego. A maternidade e a responsabilidade pelas atividades domésticas corroboram ainda para a sobrecarga de trabalho das jornalistas, que, frequentemente, precisam conciliar jornadas de trabalho das redações com as atividades de cuidado com filhos e com a casa.

Para além das desigualdades dentro das empresas de comunicação, as mulheres jornalistas também estão expostas a agressões, assédio sexual e outros tipos de violência durante o exercício jornalístico. Observa-se que a manifestação desses ataques se vale de percepções generificadas para atingir e humilhar as jornalistas, taxando-as frequentemente de loucas, vadias, putas e mentirosas, como demonstram diversas ocorrências nos últimos relatórios da Federação Nacional dos Jornalistas. Esta prática é denominada por alguns autores (Chen *et al.* 2018) como assédio de gênero (do inglês *gender harassment*) e consiste na mobilização de atributos de gênero e/ou sexualidade para humilhar, atacar e desqualificar as vítimas.

Aqui, entendemos gênero como um saber historicamente específico sobre as diferenças sexuais (Scott, 1990), o que significa dizer que, embora existam diferenças naturais entre os sexos no âmbito da fisiologia, não existem significados essencialmente próprios do masculino e do feminino. As epistemes relativas ao gênero são produzidas no interior das relações sociais de acordo com o contexto cultural, histórico e social. Acontece que, ao longo da maior parte da história, os valores atribuídos ao feminino quase sempre foram contrapostos àqueles ligados ao masculino, em uma relação hierárquica. Assim, o gênero se torna “uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 86) e as diferenças primariamente materiais passam a testemunhar e justificar desigualdades em diversos âmbitos da vida social.

Fatores como raça/etnia, nacionalidade, identidade de gênero, sexualidade, religião, idade e território são agravantes da violência para mulheres jornalistas. Jornalistas negras com frequência tornam-se alvo de ataques racistas no Brasil, como já ocorreu com Maju Coutinho, da *TV Globo* (Fenaj, 2022, p. 62) e Basília Rodrigues, da *CNN Brasil* (Fenaj, 2024, p. 48). O assassinato da jornalista palestino-americana Shireen Abu Akleh, correspondente da *Al Jazeera*, ilustra como a nacionalidade palestina, no contexto da ocupação e militarização israelense em Gaza, se soma ao gênero e ao risco da profissão (Baldin, 2023). Já um relatório produzido pela organização *International Center for Journalists* (Posetti *et al.*, 2023) apontou que a cada 14 segundos a jornalista investigativa indiana Rana Ayyub recebe um ataque digital. Desses, 62% são de cunho pessoal, de caráter misógino e racista, além de haver o registro de outros 29% de ataques islamofóbicos. Observamos, portanto, que determinados marcadores sociais da

diferença, além de contextos sociais e geográficos, interferem na forma como a violência se manifesta contra as mulheres jornalistas.

Nos últimos anos, muitas jornalistas foram alvo de campanhas de desinformação e ataques *online*, incluindo montagens de fotos ou vídeos íntimos, exposição de dados pessoais e ameaças de estupro e morte. Um estudo (RSF; ITS, 2018), que analisou meio milhão de ataques a jornalistas no Brasil no *Twitter* (atual X), revelou que a menção a mulheres jornalistas foi 13 vezes maior do que a de homens, com termos depreciativos sendo 50% mais frequentes. Segundo Ramos (2020), a violência digital contra mulheres jornalistas se apropria de uma linguagem discursiva que tem origem na cultura da esfera masculina, presente em fóruns anônimos da internet.

Chen *et al.* (2018) aponta que, enquanto as organizações de mídia cobram cada vez mais que as jornalistas interajam com suas audiências *online*, essa mesma exigência as expõe a ataques e retaliações. Por outro lado, a hostilidade do ambiente digital cria obstáculos para que elas exerçam seu trabalho. Marte Høiby (2020) descreve a existência do “efeito triplo” no contexto da violência digital contra mulheres jornalistas, devido à (1) violência sistemática contra a imprensa; (2) às estruturas patriarcais persistentes e (3) às condições do ambiente *online* que permitem a reprodução do assédio em massa.

Neste contexto, o papel constantemente ativo que as jornalistas desempenham na opinião pública pode estar ameaçado devido às características da violência que as acomete explicitadas acima. Em uma pesquisa realizada pelas organizações *Troll Busters* e *International Women’s Media Foundation* (Ferrier, 2018) nos Estados Unidos, 37% das profissionais afirmaram que passaram a evitar cobrir determinadas pautas, após terem sido vítimas de violência digital. Entre as jornalistas mais novas, este percentual chegou a 43%. Além disso, 29% afirmaram ter cogitado trocar de profissão. Diante da incorporação das tecnologias digitais às rotinas jornalísticas, do aumento da violência anti-imprensa e das manifestações machistas e misóginas constantemente presentes, nos questionamos como este cenário corrobora para o silenciamento das mulheres jornalistas e se há a existência de um processo censório praticado com base no gênero.

Metodologia

Para a análise empírica deste trabalho, consideramos a experiência de mulheres jornalistas que foram agredidas no exercício da profissão a partir de relatos presentes em entrevistas que as vítimas concederam à imprensa. Para seleção dos casos abordados, realizamos um levantamento das ocorrências contra mulheres jornalistas registradas pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) entre 2019 e 2023 (Fenaj, 2020; 2021; 2022; 2023; 2024), chegando ao resultado final de 264 casos, tendo alguns ocorrido com uma mesma jornalista. O recorte temporal se refere ao período quando o país registrou um aumento significativo nas agressões contra jornalistas.

Neste levantamento, organizado em planilha, tivemos acesso ao nome da vítima, veículo para o qual trabalhava, tipo de agressão, local, data e um breve relato da ocorrência. Essas informações foram consideradas para se chegar a uma amostra diversa no que tange às experiências enfrentadas pelas jornalistas. Outro fator considerado para seleção do *corpus* de análise foi a existência de relatos das vítimas que pudessem ser facilmente encontrados em notícias e reportagens sobre a violência que foram alvo.

Neste artigo, nos atemos à experiência de quatro jornalistas, mas posteriormente pretendemos explorar outros casos.

Tabela 1: Casos de violência contra mulheres jornalistas selecionados

Jornalista	Data/local	Tipo de agressão	Resumo da ocorrência
Schirlei Alves (<i>The Intercept Brasil</i>)	nov/2020 Florianópolis (SC)	difamação; ataques digitais; assédio de gênero; assédio judicial	A jornalista passou a ser alvo de ataques virtuais, depois da publicação da reportagem sobre o julgamento do caso de estupro da influenciadora Mariana Ferrer, no qual o acusado foi absolvido e a vítima foi constrangida e humilhada. Houve xingamentos, comentários misóginos e várias tentativas de desqualificar a reportagem por conta do uso do neologismo “estupro culposos”, que não está presente no processo. A repórter teve de suspender seus perfis nas redes sociais e foi alvo de vários processos judiciais. Um deles decidiu pela condenação da jornalista e pagamento de multa de R\$ 400 mil por danos morais ao juiz da audiência.
Amanda Klein (<i>Jovem Pan</i>)	jul/2021 São Paulo (SP)	agressão verbal; difamação; assédio de gênero	A jornalista decidiu sair do programa "3 em 1", da rádio <i>Jovem Pan</i> , que era comentarista, após ser constrangida e agredida verbalmente pelo economista e também comentarista Rodrigo Constantino. Antes, Amanda já havia sofrido ataques digitais e agressões diretas do ex-presidente Jair Bolsonaro.
Vanessa Lippelt (<i>Congresso em Foco</i>)	jun/2022 Brasília (DF)	agressão verbal; difamação; assédio de gênero	Vanessa Lippelt foi vítima de ataques machistas e ameaças após a divulgação de uma reportagem que ela havia editado. Lucas Neiva, o repórter, também foi ameaçado. A reportagem denunciou um esquema bolsonarista de distribuição de informações falsas. Vanessa foi ameaçada de morte e de estupro. Os dois jornalistas ainda tiveram dados pessoais vazados e o site sofreu um ataque <i>hacker</i> .

Alana Rocha (<i>Rádio Gazeta FM</i>)	abr/2023 Riachão do Jacuípe (BA)	violência patrimonial; intimidação	A jornalista teve o carro apedrejado após criticar na rádio onde trabalha que uma sessão da Câmara dos Vereadores de Riachão do Jacuípe (BA) foi cancelada devido ao falecimento de um familiar de um dos parlamentares. O automóvel teve o parabrisa e o vidro lateral da porta do passageiro destruídos. Alana foi a primeira jornalista trans a trabalhar na TV aberta e já havia sido vítima de outros ataques, inclusive transfóbicos, além de processos judiciais.
---	--	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios da FenaJ

Jornalista	Veículo	Data da entrevista
Schirlei Alves	<i>Gênero e Número</i> (Cruz, 2022)	25/04/2022
Amanda Klein	<i>UOL</i> (Pinheiro, 2021)	09/07/2021
Vanessa Lippelt	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Sinderski, 2023)	20/07/2023
Alana Rocha	<i>Correio Braziliense</i> (Doria, 2023); <i>Agência Nacional das Favelas</i> (2023)	15/04/2023; 18/04/2023

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o discurso de mulheres jornalistas após serem vítimas de violência, acessamos não a descrição do evento em si, do que ocorreu, mas a rememoração das agressões por elas em um tempo-espço distinto daquele em que aconteceram (Bakhtin, 2011). Neste processo de narração da memória, é por meio da linguagem que elas acessam o mundo e representam a forma como enxergam a violência que as acometeu. “O que é interessante nos testemunhos não são os fatos passados, senão a maneira como as memórias foram construídas e reconstruídas como parte de uma consciência contemporânea¹”. (Schwarzein, 2001, p. 74-75).

Focamos nossa atenção na análise das narrativas de experiências traumáticas de violências contra mulheres durante ou por conta da prática jornalística. São vozes – experiências – que traçam uma cartografia sensível para a compreensão do fato histórico. As narrativas não expressam apenas o “valor biográfico”, conceito abordado por Mikhail Bakhtin (2011), que se refere à forma como a vida é ordenada e apresentada. Elas também possuem um “valor memorial”, que resgata lembranças de um passado, com sua carga simbólica e, muitas vezes, traumática, na experiência individual e coletiva (Arfuch, 2010).

Nos interessa também observar um duplo descentramento do sujeito no que diz respeito à linguagem e ao inconsciente. A primeira ocupa um lugar de enunciação de certa forma prefixada, habitada por uma linguagem comum da vítima de situações traumáticas. Ao mesmo tempo, o inconsciente aparece como um obstáculo interno que impede a expressão plena da identidade dessas mulheres e onde o processo de subjetivação torna-se uma tentativa, fracassada, de esquecer o trauma, esse vazio constitutivo.

Por fim, expandimos em nossa análise a noção de trauma. O significado do trauma na psicologia tem sido visto há muito tempo principalmente de um

¹ No original: *Lo que es interesante en los testimonios no son los hechos del pasado sino la manera en que las memorias fueron construidas y reconstruidas como parte de una conciencia contemporánea.*

ponto de vista patologizante. Visto como patologia, o trauma das pessoas pode ser compreendido através de uma lente singular, deixando de fora aspectos contextuais mais amplos (sociais, culturais, políticos, históricos, econômicos etc) que demonstraram desempenhar um papel na experiência subjetiva de várias formas de sofrimento. A psicologia há muito tempo tem sido rápida em diagnosticar vítimas de experiências traumáticas a partir de uma perspectiva individualista, quase sempre posicionando o problema dentro da pessoa. Dentro da psicologia, a perturbação do estresse pós-traumático tornou-se a forma de operacionalizar o sofrimento, e argumentamos que isto inclui a forma como o sofrimento vive numa família, numa comunidade e em corpos generificados e racializados (Brown, 2004; Webster e Dunn, 2005). A generificação do trauma é uma lente de análise. É necessário realçar e reconhecer a natureza de gênero do sofrimento, que exige que o trauma seja compreendido no contexto e não como um ato ou ocorrência isolada que afeta o indivíduo. As mulheres permaneceram, e em muitos aspectos ainda permanecem, silenciadas, com oportunidades mínimas de nomearem o mundo por si mesmas e sobre seus traumas e violências sofridas.

“Violam nossos corpos, nossa identidade”

Ao observar os relatos das vítimas em entrevistas presentes nas reportagens sobre os episódios de violência enfrentados, reconhecemos o papel do gênero como determinante nos atos de violência. Para Schirlei Alves e Vanessa Lippelt, o machismo e a misoginia estavam explícitos nos ataques. No caso de Lippelt, que foi ameaçada de morte e teve seu endereço pessoal exposto, a jornalista reconhece que há uma estratégia por parte dos agressores em atingir as mulheres atacando sua família e limitando os espaços que podem frequentar.

Eles violam nossos corpos, nossa identidade, vão naquilo que é mais caro à mulher, que são os filhos. É cruel porque eles sabem onde dói. É um ódio muito grande. É como se quisessem dizer que não podemos estar onde estamos, que temos que nos recolher à nossa insignificância como mulher (Sinderski, 2023, online, grifo nosso).

Alves, por sua vez, considera que os ataques proferidos contra ela não se relacionam com o conteúdo publicado e há uma distinção clara entre a violência que se manifesta contra as mulheres jornalistas e aquela proferida contra seus colegas homens:

As mensagens que eu recebi tinham isso “ah, sua vagabunda, sua puta, sua piranha”. Nada a ver com o material, com a reportagem, com o assunto. Tinha umas mensagens até que citavam o órgão genital feminino, então para que isso? [...] E acompanhando outras colegas, em eventos em que elas também foram atacadas, foi tudo muito parecido. [...] É diferente dos ataques que acontecem com os homens. Eu acho que não tem muito esse viés da capacidade, né, essa coisa do da loucura “ah, porque você é louca”, enfim, acho que é muito forte isso (Cruz, 2022, online, grifo nosso).

Embora não mencione em nenhum momento a questão de gênero, ao comentar sobre o assédio sofrido por parte do seu colega de trabalho, Rodrigo Constantino, Amanda Klein também percebe que são comentários sobre sua vida particular, de caráter privado. No último programa que apresentaram juntos, antes da jornalista pedir para sair, Constantino chamou-a de mentirosa e desonesta. Nas redes sociais, classificou-a como “burra” e “canalha” (Pinheiro, 2021, online).

Ele sempre se refere a mim como jornalista militante, faz referências ao meu marido e à minha família no programa. Não são coisas profissionais – em qualquer ambiente de trabalho, não só no jornalismo. É um assédio moral público, ao vivo e diário [...] Resvala em um terreno pessoal (Pinheiro, 2021, online, grifo nosso).

Sobre o caráter personalizado dos ataques, a pesquisadora Luciana Di Meco (2023) acredita que estes comentários podem ser classificados como desinformação de gênero, isto é, informação inexata ou falsa enraizada no sexismo e utilizada para atingir as mulheres. Estas agressões não fazem parte do debate público legítimo que permite discordância de opiniões a respeito do conteúdo veiculado pela imprensa. Por se destinarem às mulheres, elas têm caráter pessoal, a fim de silenciá-las como opositoras.

Percebe-se um consenso por parte das jornalistas de que as agressões acontecem após a publicação de reportagens que revelam má conduta, corrupção ou crimes de parlamentares, figuras públicas e instituições de poder. Para Waisbord (2020), repórteres que produziram matérias críticas sobre política nacional, presidência, imigração, extremismo de direita, armas, raça, direitos humanos, abusos sexuais e serviços de inteligência têm sido alvos comuns de retórica cruel e intimidação. Atuando como jornalista em Riachão do Jacuípe, cidade no interior da Bahia, Alana Rocha se habituou aos ataques em um local onde políticos agem deliberadamente de maneira imprópria e há fortes resquícios do coronelismo e do paternalismo na política local.

Sofri muitas ameaças aqui na cidade, principalmente agressões verbais, por parte de políticos da região, principalmente vereadores, que *se aproveitam da imunidade parlamentar para me atacar* (Doria, 2023, online, grifo nosso).

Neste episódio específico, quando teve o carro apedrejado, Alana foi vítima de intimidação e violência patrimonial. No entanto, em outras situações, por ser uma mulher trans, ela foi vítima de transfobia, de maneira que o gênero também atravessa as violências que uma mulher trans jornalista está sujeita por conta da profissão.

Gênero, censura e o silenciamento de mulheres jornalistas

A censura é comumente associada aos processos restritivos de peças artísticas e informativas por parte de um órgão repressor governamental e também pelo uso da força, do poder, da autoridade e da violência para impô-la. Embora entre os séculos XV e XX, a censura possa ser caracterizada prioritariamente como ação política do Estado, Risso e Ramos (2022) adotam uma visão mais ampla sobre o fenômeno, entendendo a censura como “um processo psicossocial que emerge para desempenhar o controle dos comportamentos e das informações que circulam dentro de uma sociedade, procurando uniformizar as alteridades por meio do silenciamento de opiniões divergentes” (Risso e Ramos, 2022, p. 2).

Com o fim das ditaduras civis-militares nos países latinoamericanos, criou-se a falsa expectativa de que o século XXI estivesse livre dos processos censórios. Mas, como aponta Maria Cristina Castilho Costa (2013, p. 3496-3497),

Estamos diante de processos de interdição plurais, difusos, indiretos e internacionais, mais adequados a um capitalismo neoliberal, informacional e globalizado. Entretanto, esses modelos de ação censória indiretos não são recentes, apenas recrudesceram em uma época em que a censura estatal parece extinta.

Posteriormente, a pesquisadora descreve este processo com o termo guarda-chuva pós-censura (Costa; Souza Júnior, 2018), em contraposição à censura clássica estatal. Na pós-censura, a restrição é exercida não mais apenas pela autoridade do Estado, mas por diferentes instituições que “criam seus próprios critérios censórios, defendendo interesses políticos e econômicos, e o poder que exercem em meio a determinados grupos sociais” (Costa; Souza Júnior, 2018, p. 31).

Ao pensar sobre a experiência de mulheres jornalistas vítimas de violência, observamos em seus discursos uma mudança em suas práticas jornalísticas. Elas se tornam mais restritivas, cautelosas e evitam a exposição, como descreve Vanessa Lippelt (Sinderski, 2023, *online*, grifo nosso):

Como a gente convive com isso? Eu tenho que lidar até hoje com a polícia, porque quero que a pessoa [que fez as ameaças] seja punida. Mas, mesmo depois da solução, vão ficar as sequelas. Fica o medo. Não me arrependo de ter sido a editora da matéria e continuo trabalhando, mas de outra forma. Passo todas as informações que tenho, mas não me exponho mais.

A escolha por não se expor, especialmente nas redes sociais, também esteve presente na fala de Schirlei Alves. A jornalista comenta que vinha começando a produzir conteúdos no seu *Instagram* para o público que a acompanhava há mais tempo e se interessava por suas coberturas ligadas ao tema dos direitos humanos e reprodutivos. Com os ataques, ela sentiu necessidade de tornar seus perfis nas redes sociais privados (Cruz, 2022, *online*, grifo nosso):

Eu criei um bloqueio, realmente mexeu demais comigo. Então quando eu olho para rede social, penso “ai, não quero”. Foi algo que mudou muito a minha forma de pensar, meu jeito de agir. Eu fechei as redes sociais e não sei quando que eu vou abrir de novo. Eu sei que essa é a intenção dessas pessoas também, de provocar esse desequilíbrio, silenciar.

Após ter tido seu carro apedrejado, além de já ter sido violentada outras vezes, a jornalista Alana Rocha publicou em suas redes sociais que iria se afastar da profissão temporariamente para cuidar da saúde mental e preservar seus familiares. “Vou me afastar também porque estou muito abalada emocionalmente, com meu psicológico fragilizado, e além de tudo, estou muito triste com esses últimos desdobramentos” (ANF, 2023, *online*). Schirlei também comenta sobre a opção que fez em deixar de atuar em certas coberturas. “*Eu continuo fazendo reportagem, mas algumas pautas eu abri mão porque ia ter que bater de frente com os mesmos poderes aqui em Santa Catarina e eu falei ‘bom, não é o momento para isso’*” (Cruz, 2022, *online*, grifo nosso).

No caso de Amanda Klein, embora não tenha deixado a profissão, o desgaste do assédio diário que recebia do colega de trabalho fez com que a jornalista pedisse para sair do programa em que era comentarista. “Se eu continuasse no programa seria como se, de alguma forma, eu estivesse normalizando aquilo. Eu não quero que isso seja legitimado. Eu não aceito um ataque à minha honra, à minha dignidade” (Pinheiro, 2021, *online*).

Observamos, portanto, que em nenhum dos casos houve um processo de sanção imposto, no entanto, todas as quatro jornalistas passaram a se silenciar de alguma maneira. Em seus discursos, as profissionais destacam o medo, os traumas psicológicos, problemas de saúde mental, a preocupação com membros da família e o cansaço ao ter que enfrentar a mesma situação de forma tão recorrente. Vale ressaltar que a preocupação de que a violência possa se estender à família, especialmente aos filhos, surge com frequência na fala de mulheres jornalistas, devido ao papel de cuidadoras que desempenham dentro das relações familiares.

No contexto da violência contra jornalistas, é comum a utilização do termo autocensura para descrever os processos censórios das redações. Para Fígaro e Nonato (2016), este processo está enraizado no *ethos* de jornalistas brasileiros que herdam práticas profissionais da ditadura civil-militar. Segundo as autoras,

os mecanismos processuais e prescritivos de como trabalhar já contêm as formas de controle da expressão. Geram rotinas produtivas cujo sentido é o de neutralizar as especificidades e as características do fazer, do trabalhar de cada um. (Fígaro; Nonato, 2016, p. 73)

A autocensura é descrita, portanto, como uma prática introjetada pela categoria e está diretamente associada à omissão de informação a fim de adequação aos valores dos grupos empresariais para os quais os e as jornalistas trabalham.

Mais recentemente, o pesquisador estadunidense Silvio Waisbord (2020) cunhou o termo censura de multidões (em inglês *mob censorship*) a partir do contexto da violência contra jornalistas durante o governo do ex-presidente Donald Trump, quando também se intensificaram os ataques *online*. Para Waisbord (2020), a censura de multidões é uma consequência da nova forma que os agressores encontraram para manifestar ataques anti-imprensa e reflete as transformações que as condições do discurso público assumem na contemporaneidade. Se antes era necessário escrever cartas aos jornais manifestando seu desprezo a reportagens publicadas, com as tecnologias digitais, há um acesso muito mais fácil dos cidadãos aos jornalistas, inclusive para manifestação de ataques personalizados.

Embora também possamos considerar que a censura de multidões se aplica em determinados episódios de violência contra mulheres jornalistas, essa perspectiva não é exclusiva, uma vez que nem todas as agressões se manifestam no ambiente digital. A violência no mundo físico, seja ela verbal, psicológica, patrimonial, sexual ou outra, também é responsável por produzir efeitos na vida das vítimas como forma de retaliação.

Nos relatos sobre as violências enfrentadas, é notável a forma como as agressões promovem marcas em suas vidas pessoais e profissionais, buscando desqualificá-las não apenas como jornalistas, mas também como sujeitos, retirando-lhes o valor de humanidade. O conteúdo dos discursos depreciativos contra as mulheres, somado à forma sistemática de perseguição em que se manifestam as violências, assumem um *status* traumático, considerando o sentido histórico dos enunciados atribuídos às mulheres – isto é, ao lugar de submissão, exclusão e silenciamento reiterado pelas violências (Brown, 2004).

O trabalho da teórica feminista dos estudos de trauma Maria Root mostra que na vida de muitos grupos minoritários, como mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, entre outros, episódios cotidianos de violência podem ser considerados eventos traumáticos subliminares, o que ela chama de traumas insidiosos (tradução livre para *insidious trauma*). Segundo ela, “os eventos subliminares são insidiosamente traumáticos; não afetam diretamente a vida ou a integridade física, mas são lembretes constantes da condição precária de segurança de uma pessoa em contextos onde o seu grupo é alvo de preconceitos²” (Brown, 2004, p. 466, tradução da autora).

Partimos desse contexto para pensar a ideia de autointerdição, um processo censório de gênero que diz respeito ao bloqueio à enunciação imposto pelo próprio enunciatador, o “eu que interdita a si mesmo”. Este fenômeno pode ser entendido como uma das expressões da pós-censura, pois também se opõe aos trâmites da censura clássica/estatal, e opera a partir da repetição sistemática de violências que corroboram para que as vítimas restrinjam seu discurso, desistam de se expressar e, em alguns casos, evadam a profissão.

Embora a decisão de continuar ou não escrevendo, trabalhando com jornalismo, comentando nas redes sociais, entre outros, recaia à esfera individual, há uma dimensão coletiva por trás do fenômeno da autointerdição, quando olhamos para o significado histórico das relações hierárquicas entre os gêneros na divisão sexual do trabalho. O silenciamento de mulheres jornalistas está atrelado não a uma escolha individual, mas a uma prática inserida em um cenário onde a estrutura social em que elas estão inseridas busca torná-las submissas e eximi-las de seu direito ativo de participação política e cidadã, como é característico do jornalismo, mas historicamente negado às mulheres.

² No original: *The sub-threshold events are insidiously traumatic; they do not directly affect life or limb, but they are constant reminders of the precariousness of one's safety in contexts where one's group is the target of bias.*

Considerações finais

As agressões enfrentadas por mulheres jornalistas escancaram como as relações hierárquicas de gênero que moldam e atravessam as diversas instituições impactam diretamente o jornalismo. A cultura jornalística, marcada pelo domínio masculino nas principais editorias e cargos de chefia, corrobora para a percepção social da profissão como uma atividade masculina. Ao ocuparem esses espaços, as mulheres jornalistas enfrentam uma dupla insegurança ligada às estruturas patriarcais e à violência anti-imprensa. Somam-se também as adversidades criadas por outras condições: raça/etnia, nacionalidade, território, orientação sexual, identidade de gênero e idade.

No ambiente digital, a violência se expressa de maneira particularmente preocupante. Além de serem mais atingidas que seus colegas homens (ITS; RSF, 2018), as mulheres jornalistas também estão expostas a ataques com conteúdos violentos, misóginos, racistas, extremamente sexualizados, que as estigmatizam, humilham e colocam em risco sua saúde física e mental. Os ataques em massa, coordenados e, por vezes, automatizados criam obstáculos para que as jornalistas exerçam plenamente seu ofício.

Ao analisar a experiência de quatro casos de mulheres jornalistas que foram vítimas de violência entre 2019 e 2023 no Brasil, constatamos que o gênero se torna um fator elementar para expressão dos atos de violência. As agressões enfrentadas pelas jornalistas, frequentemente descontextualizadas de seu trabalho profissional, se referem a aspectos da sua vida privada – como aparência, corpo e comportamento sexual. Embora alguns temas de reportagens e coberturas estejam relacionados ao agravamento do risco de violência, observamos também a perseguição sistemática das profissionais, como foi o caso do assédio enfrentado pela jornalista Amanda Klein.

Se, por um lado, o gênero estrutura o caráter das agressões enfrentadas, por outro, ele também molda a forma como as mulheres jornalistas têm suas práticas profissionais afetadas. Nas entrevistas analisadas, todas as jornalistas afirmaram que alteraram de alguma forma suas condutas profissionais após terem sido agredidas – seja tornando seus perfis nas redes sociais privados, evitando a exposição, solicitando troca de funções, deixando de cobrir alguns temas ou até se afastando da profissão. Em seus relatos, observamos os graves impactos psicológicos que as agressões promovem na vida das jornalistas, sendo o medo e o desgaste da saúde mental dois importantes critérios para mudança do *ethos* jornalístico após se tornarem vítimas de violência. Cabe pontuar que, por serem mulheres, a preocupação se estende ainda à segurança e bem-estar de pessoas próximas uma vez que, na maior parte das vezes, são elas também as principais responsáveis pelo cuidado de filhos e familiares.

Identificamos este processo de silenciamento de mulheres jornalistas dentro da profissão como autointerdição. Assim como demais manifestações da pós-censura (Costa; Souza Júnior, 2018), a autointerdição não é promovida pela ação estatal, mas pelo modo como as jornalistas são afetadas pela violência que as fazem criar limites na sua conduta profissional. Este aspecto deverá ser aprofundado em pesquisas posteriores que levem em conta o papel traumático das agressões e os efeitos da violência na vida de mulheres jornalistas. Mas, por ora, já é consenso entre uma considerável literatura acadêmica (Chen et. al., 2018; Ferrier, 2018; Høiby, 2020) que há necessidade de criar mecanismos para prevenir e enfrentar a violência contra a categoria, a fim de possibilitar o exercício jornalístico.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DAS FAVELAS (ANF). **Jornalista Alana Rocha, sofre agressão e não consegue registrar ocorrência.** Agência Nacional das Favelas, 18 de abr de 2023. Disponível em: <https://www.anf.org.br/jornalista-alana-rocha-sofre-agressao-e-nao-consegue-registrar-ocorrencia/> Acesso em 12 jan de 2024.

ABREU, A. R. P.; OLIVEIRA, M. C. F. A.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. S. Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs.) **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ARFUCH, L. **O Espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BALDIN, V. P. **Perspectivas interseccionais da violência contra jornalistas mulheres palestinas a partir do assassinato de Shireen Abu Akleh**. Anais Intercom, 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0814202310373064da2e1a13bd0.pdf Acesso em 09 jul. 2024.

BAKHTIN, M. M. O autor e a personagem na atividade estética. In: BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.3-194.

BROWN, L. Feminist paradigms of trauma treatment. **Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training**, n. 41, v. 4, 2004, p. 464-471.

COSTA, M. C. C. **Opinião pública, comunicação, liberdade de expressão e censura**. 2013, Anais. Santiago de Compostela: IBERCOM, 2013. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002661893.pdf> Acesso em: 07 jun. 2024.

COSTA, M. C. C.; SOUZA JÚNIOR, W. Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 19-36, jan./jun. 2018.

CHEN, G. M.; PAIN, P.; CHEN, V.; MEKELBURG, M.; SPRINGER, N.; TROGER, F. 'You really have to have a thick skin': a cross-cultural perspective on how online harassment influences female journalists. **Journalism**, v. 21, n. 7, p. 877-895, 2018.

CRUZ, A. S. G. **"Eu continuo fazendo reportagem, mas tive que abrir mão de algumas pautas"**. Gênero e Número, 25 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/entrevistas/entrevista-schirlei-alves/> Acesso em: 07 jul 2023.

DI MECO, L. **Monetizing Misogyny: Gendered Disinformation and the Undermining of Women's Rights and Democracy Globally**. She Persisted: relatório online, fev de 2023. Disponível em: https://she-persisted.org/wp-content/uploads/2023/02/ShePersisted_MonetizingMisogyny.pdf Acesso em: 05 jul 2024.

DORIA, Vinicius. Carro de jornalista transexual é apedrejado na Bahia; Abraji monitora o caso. **Correio Braziliense**, 14 de abr de 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/04/5087552-carro-de-jornalista-transexual-e-apedrejado-em-salvador-abraji-monitora-o-caso.html> Acesso em 12 jan 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2019**. Brasília, 2020.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020**. Brasília, 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2021**. Brasília, 2022.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2022**. Brasília, 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2023**. Brasília, 2024.

FERRIER, M. **Attacks and Harassment: The Impact on Female Journalists and Their Reporting**. Austin, Texas, International Women's Media Foundation e Troll Busters: Setembro, 2018. Disponível em: <https://www.iwmf.org/attacks-and-harassment/> Acesso em 17 jun. 2024.

FIGARO, R.; NONATO, C. A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas. **Líbero**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 71-80, jan./jun. 2016.

HØIBY, M. The “triple effect” silencing female journalists online: A theoretical exploration. In: LARSEN, A. FADNES, I.; KRØVEL, R. (Ed.). **Journalist Safety and Self-Censorship**. Routledge, 2020, p. 1-13.

LIMA, S. P. (Coord.). **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características socio-demográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicação, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/resultados-da-pesquisa-de-2021/> Acesso em 09 jul. 2024.

MAZOTTE, N. TOSTE, V. (coord.). **Mulheres no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Abraji e Gênero e Número, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ANG2C5>. Acesso em: 12 jul 2023.

SANTIAGO, A.; ROCHA, P. As assimetrias de gênero no mercado de trabalho em jornalismo: um estudo sobre a participação feminina em redações do Amapá. **Revista Novos Olhares**, vol. 8, n.2, 2020, p.30-42

SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.4, 2001.

POSETTI, J.; ZAFFAR, H.; SHABBIR, N.; BONTCHEVA, K.; MAYNARD, D.; PANDYA, M. **RANA AYYUB: Targeted online violence at the intersection of misogyny and Islamophobia**. International Center for Journalists, 2023. Disponível em: https://www.icfj.org/sites/default/files/2023-02/Rana%20Ayyub_Case%20Study_ICFJ.pdf Acesso em 24 jan 2024.

PINHEIRO, F. **Amanda Klein diz que Constantino fez ataques pessoais: ‘Assédio ao vivo’**. Portal UOL, 09 de jul de 2021. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/09/amanda-klein-diz-que-constantino-a-atacava-na-pan-assedio-moral-ao-vivo.htm> Acesso em 12 jan 2024.

RAMOS, D. O. **Origens da misoginia online e violência digital contra jornalistas mulheres**. 2020, Anais do 18º Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo, 2020. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003023692.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF), INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE DO RIO (ITS). **Ataques ao jornalismo se alastram nas redes**. RSF, ITS, 2021. Disponível em: https://rsf.org/sites/default/files/relatorio_ataquesaojornalismo_rsf_3.pdf Acesso em: 20 jul 2023.

RISSO, C. A.; RAMOS, D. O. **Yes, we have censura**: censura clássica e novos tipos de censura no Brasil contemporâneo. *Anais Intercom*, 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003127858> Acesso em: 09 jul. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação e realidade*, Porto Alegre. p. 5-22. jul/dez. 1990.

SINDERSKI, Rafaela. **“Trabalho com medo”**: jornalistas brasileiras enfrentam violência sexual no cotidiano da profissão. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 03 de nov de 2023. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/trabalho-com-medo-jornalistas-brasileiras-enfrentam-violencia-sexual-no-cotidiano-da-profissao> Acesso em 15 jan 2024.

WAISBORD, S. Mob Censorship: Online Harassment of US Journalists in Times of Digital Hate and Populism. *Digital Journalism*, v.8, n.8, p. 1030-1046, 2020.

WEBSTER, D.; DUNN, E. Feminist Perspectives on Trauma. *Women & Therapy*, v.28, n.3/4, p.111-142, 2005.